

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	6
5.4 - Programa de Integridade	11
5.5 - Alterações significativas	14
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	15

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	16
10.2 - Resultado operacional e financeiro	27
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	35
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	38
10.5 - Políticas contábeis críticas	44
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	47
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	48
10.8 - Plano de Negócios	49
10.9 - Outros fatores com influência relevante	53

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 - Descrição da política de gerenciamento de riscos

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos

A Companhia mantém uma gestão de riscos integrada, estruturada, personalizada, inclusiva, dinâmica para ter a melhor informação e manutenção da melhoria contínua.

As diretrizes e a estratégia de gestão de riscos corporativos estão estabelecidos na Política de Gestão de Riscos aprovada em 07 de novembro de 2017 pelo Conselho de Administração com última revisão realizada em 17 de julho de 2020, a qual pode ser encontrada no seguinte endereço eletrônico:

Links da política de gestão de riscos:

Intranet:

http://intranet.randon.com.br/portaleticacompliance/politicas_corporativas/SiteAssets/SitePages/Pol%C3%ADticas%20Corporativas/Pol%C3%ADtica%20de%20Gest%C3%A3o%20de%20Riscos.pdf

Site RI Randon: <https://ri.randon.com.br/governanca-corporativa/estatutos-codigos-e-politicas/>

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

O objetivo da Política de Gestão de Riscos é estabelecer as diretrizes, as estratégias e as responsabilidades no gerenciamento de riscos das Empresas Randon, para o contínuo aperfeiçoamento dos processos de gestão.

(i) riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para os principais riscos que possam impactar de forma adversa e relevante os objetivos estratégicos, bem como, os resultados financeiros e operacionais e sua reputação.

Para proporcionar uma visão corporativa os riscos são categorizados em estratégico, operacional, regulatório e financeiro – nesta categoria associado ao mercado, crédito e a geração de caixa. Portanto, conforme a Política de Gestão de Riscos, a Companhia defini a estratégia para responder aos riscos:

- (i) associados com as decisões estratégicas da Companhia para atingir os seus objetivos de negócios e/ou decorrentes da falta de capacidade ou habilidade de adaptação as mudanças no ambiente.
- (ii) associados à possibilidade de ocorrência de perdas (de produção, ativos, clientes, receitas) resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, assim como de eventos externos como catástrofes naturais, fraudes e greves.
- (iii) associados às sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a Companhia pode sofrer como resultado da falha no cumprimento da aplicação de leis, acordos, regulamentos, código de conduta e/ou das políticas internas.
- (iv) associados ao mercado como mudanças prejudiciais no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações, dos preços de commodities; crédito como a perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos e contrapartes de contratos; e a liquidez como não efetivamente na maximização de geração de caixa operacional e dificuldade na captação recursos financeiros.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Adicionalmente, como proteção, para cada risco corporativo crítico é estabelecido um indicador de risco (KRI) monitorado continuamente.

(ii) instrumentos utilizados para proteção

A descrição dos instrumentos utilizados para identificar, avaliar, mensurar e tratar os principais riscos que podem impactar os negócios da Companhia encontram-se na Política de Gestão de Riscos, destacada na letra (a) deste item 5.1.

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A área de Gestão de Riscos e *Compliance* monitora os principais riscos aos quais as Empresas Randon estão sujeitas. No ciclo de Planejamento Estratégico das Unidades de Negócio são identificados, avaliados e mensurados os principais riscos que podem impactar os negócios da Companhia.

A estratégia de resposta de evitar, aceitar, mitigar ou transferir o risco é definida considerando os impactos financeiro e de imagem, e a probabilidade de materialização do risco. Na definição de resposta de mitigar ou transferir o risco são estabelecidos controles úteis, práticos e econômicos monitorados pela área de Gestão de Riscos e *Compliance*.

A nível de Presidência das Empresas Randon, cabe a revisão e aprovação das definições gerais das estratégias de gestão de risco, e apoio no aculturação de gerenciamento de riscos.

O Comitê Executivo é responsável por avaliar continuamente a eficácia do modelo de gestão de riscos, aprovar a avaliação dos riscos e definir o apetite de riscos.

A área de Gestão de Riscos e *Compliance* é responsável por estabelecer a metodologia e disseminar a cultura de gerenciamento de riscos reportando diretamente ao Conselho de Administração, órgão responsável pela aprovação da política de gestão de riscos e por garantir a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos.

A gestão de riscos é responsabilidade de todos, sendo que os donos de riscos são responsáveis por monitorar a efetividade das atividades de controle e disseminar informações ou procedimentos que sejam necessários, bem como, reportar a área de Gestão de Riscos e *Compliance* qualquer evento de incerto que pode impactar os negócios.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A área de Gestão de Riscos e *Compliance* tem como atribuição atuar no desenvolvimento de uma cultura organizacional de gerenciamento de riscos e comunicação que envolva os colaboradores e partes que mantenham vínculo e/ou relação com as Empresas Randon.

A Auditoria Interna Corporativa, a qual reporta-se ao Conselho de Administração, tem por objetivo principal promover a melhoria dos controles internos por meio de trabalhos de avaliação realizados sobre os processos e com base nos riscos inerentes.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos que aborda riscos de mercado aprovada em 07 de novembro de 2017 pelo Conselho de Administração com última revisão realizada em 17 de julho de 2020, que pode ser encontrada no seguinte endereço eletrônico:

<https://ri.randon.com.br/governanca-corporativa/estatutos-codigos-e-politicas/>

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

O objetivo da Política de Gestão de Riscos é estabelecer as diretrizes, as estratégias e as responsabilidades no gerenciamento de riscos das Empresas Randon para o contínuo aperfeiçoamento dos processos de gestão, incluso a gestão de riscos financeiros associados ao mercado. Adicionalmente, a Companhia possui uma política interna aprovada pelo Conselho de Administração que tem o objetivo de estabelecer as regras e orientações para o gerenciamento de riscos cambiais, definindo o apetite de risco e os principais instrumentos de proteção.

(i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para os riscos de taxa de câmbio, taxa de juros, riscos de crédito e riscos relacionados a fatores macroeconômicos conforme qualitativa e quantitativamente descritos no item 4.2 deste Formulário de Referência.

(ii) a estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de posições.

A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

(iii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Os principais instrumentos utilizados pela Companhia são:

- Non Deliverable Forward (NDF);
- Zero-cost collar;
- SWAP de Moeda e Juros;
- Financiamentos em moeda estrangeira (ACC/ACE/NCE/PPE/outros).

(iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Risco de Taxas de Juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas às taxas de juros variáveis. A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre empréstimos a receber e empréstimos a pagar sujeitos à taxas fixas e taxas variáveis. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática diversificar as captações de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas, análise permanente de riscos das instituições

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

financeiras e, em determinadas circunstâncias, avaliam a necessidade de contratação de operações de hedge para travar o custo financeiro das operações.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos empréstimos e financiamentos da Companhia, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP, IPCA, Libor, URTJ e CDI.

Risco de Taxas de Câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Companhia (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional) e aos investimentos líquidos da Companhia em controladas no exterior.

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente com relação ao dólar dos Estados Unidos, que no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 apresentou valorização de 28,93% frente ao REAL (4,02% de valorização em 31 de dezembro de 2019 e 18,89% de valorização em 31 de dezembro de 2018 frente ao REAL). O risco cambial também decorre de operações comerciais e financeiras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos no exterior, líquidos. A Companhia e suas controladas administram seu risco cambial em relação a sua moeda funcional. Além das contas a receber originadas por exportações no Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em hedge natural a Companhia avalia constantemente sua exposição cambial e, quando necessário, contrata instrumento financeiro derivativo com a finalidade única de proteção (hedge).

Adicionalmente, a Companhia designa operações de "Financiamento" visando a proteger a exposição das vendas futuras altamente prováveis em moedas diferentes da moeda funcional. Essas operações são documentadas para o registro através da metodologia de contabilidade de hedge (*hedge accounting*), em conformidade com o CPC 38 (R1). A Companhia registra em conta específica do patrimônio líquido os efeitos ainda não realizados desses instrumentos contratados para operações próprias.

Essas operações são realizadas diretamente com instituições financeiras. O impacto sobre o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas se dá somente na data da liquidação dos contratos. Entretanto, deve-se considerar que a liquidação dessas operações financeiras está associada ao recebimento das vendas, as quais estão igualmente associadas à variação cambial, portanto compensando eventuais ganhos ou perdas nos instrumentos de proteção devido a variações na taxa de câmbio.

(v) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos.

Atualmente, a Companhia não utiliza instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial.

(vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

O departamento de Finanças Corporativas tem a responsabilidade de garantir e monitorar o cumprimento da política de finanças e de gerenciamento de riscos de câmbio.

A área de Gestão de Riscos e *Compliance* é responsável por estabelecer a metodologia para gerenciamento de riscos de mercado apoiando o departamento de Finanças Corporativas. Reporta diretamente ao Conselho de Administração, órgão responsável pela aprovação das políticas corporativas e monitora periodicamente os riscos de mercado.

A Presidência e Comitê Executivo são responsáveis por avaliar continuamente a eficácia do gerenciamento de riscos de mercado, e aprovar a estratégia deste modelo de gestão para deliberação do Conselho de Administração.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

A gestão de riscos é responsabilidade de todos, sendo que os donos de riscos são responsáveis por monitorar a efetividade das atividades de controle e disseminar informações ou procedimentos que sejam necessários, bem como, reportar a área de Gestão de Riscos e Compliance qualquer evento de incerto que pode impactar os negócios.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

A área de Gestão de Riscos e *Compliance* monitora conjunto aos donos de riscos os principais riscos aos quais as Empresas Randon estão sujeitas. Os riscos com estratégia de resposta estabelecida possuem um indicador de risco que permitem acompanhar de forma tempestiva qualquer alteração que possa ocasionar impacto às Empresas, reduzindo perdas e mitigando a materialização dos riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

(a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las:

A Companhia dispõe de diretrizes (políticas e procedimentos) devidamente divulgadas aos seus colaboradores com o objetivo de orientar e estabelecer os parâmetros acerca dos processos para atingimento dos objetivos desses alinhados a estratégia da organização.

Os controles internos existentes na Companhia visam garantir de forma razoável, em aspectos relevantes, a confiabilidade de todos os processos buscando a conformidade e a minimização dos riscos do negócio. Constantemente, há a adequação dos controles internos a fim de acompanhar as mudanças nas condições existentes nos processos e garantir a conformidade com as políticas internas, legislação e normas vigentes. Os relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, são elaborados conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).

A Companhia conta com o ERP SAP, o qual é mundialmente reconhecido e está presente em diversas instituições de grande porte do Brasil e do Mundo, e constantemente vem aprimorando a automatização dos processos com foco em eficiência e segurança dos mesmos.

De forma complementar às estruturas de controles internos, a Auditoria Interna Corporativa de forma independente provém a cobertura de avaliação dos controles internos relevantes da organização, reportando as recomendações de melhorias necessárias aos processos, bem como realizando o monitoramento efetivo do Relatório de Controles Internos da auditoria externa. A área de Gestão de Riscos e Compliance mapeia, em conjunto com a gestão do negócio, os controles chaves dos riscos corporativos das Empresas Randon. Com base na sua avaliação, a Administração concluiu que no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha controles internos adequados sobre os relatórios financeiros, sem identificação de deficiências significativas a ponto de afetar a preparação e a qualidade das Demonstrações Financeiras.

(b) as estruturas organizacionais envolvidas

Dentro da estrutura de governança da companhia a Diretoria, a qual é composta pelos diretores estatutários, dentre outras atribuições respondem pelas informações das demonstrações financeiras, tendo como suporte para a elaboração dessas informações, a Controladoria e o Centro de Serviços Compartilhado, onde se concentram de forma corporativa, dentre outros serviços, a contabilidade das Empresas Randon, garantindo a adoção das boas práticas de controle interno e observação das normas contábeis aplicáveis.

A Auditoria Interna Corporativa provém a cobertura de avaliação para os processos relevantes da organização, levando em consideração os objetivos estratégicos da companhia, avaliando a eficácia dos controles internos frente aos riscos. E a área de Gestão de Riscos e Compliance, conduz a metodologia estabelecida e fomenta a cultura de gestão de riscos, apoiando o negócio no mapeamento e nas estratégias de respostas a esses riscos.

A companhia também conta com um conselho fiscal que examina e recomenda a aprovação das demonstrações financeiras.

(c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Os resultados dos trabalhos de Auditoria Interna Corporativa são reportados ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal e aos Diretores e Gerentes dos processos avaliados.

Para todas as deficiências apresentadas são solicitados à gestão a elaboração de planos de ação, sendo os mesmos monitorados posteriormente pela auditoria para fins de follow-up e de acompanhamento de indicadores de conformidade. Sendo que as fragilidades identificadas nos trabalhos da Auditoria Interna

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Corporativa que possam impactar nas demonstrações financeiras são reportadas tempestivamente, para adoção das ações corretivas, em linha com as práticas e normas do *IPPF - International Professional Practices Framework* – emitido pelo IIA - *The Institute of Internal Auditors*.

Adicionalmente, a Auditoria Interna Corporativa monitora e acompanha todos os planos de ação originados dos pontos de melhoria de controles internos que integram o relatório de recomendações e comentários emitidos pela auditoria externa.

A área de Gestão de Riscos e Compliance monitora os planos de ação relativos as melhorias ou implementações de controles internos chaves em resposta aos riscos corporativos mapeados, reportando à diretoria da companhia, bem como ao Conselho de Administração os resultados desse gerenciamento.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores externos conduziram um estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre os controles internos.

Os resultados desse estudo e avaliação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 realizado pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., foram comunicadas à Companhia como sugestões de aprimoramento dos controles internos e procedimentos contábeis.

Os auditores independentes verificaram e recomendaram, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, os seguintes aspectos considerados como deficiências significativas relacionados ao ambiente de controles internos em conexão com as Demonstrações Financeiras:

1. Ausência de procedimento formal de alteração em rotinas críticas

Durante o nosso entendimento do ambiente de TI da Companhia identificamos que um único usuário possui acesso à transação SM37 – criação e modificação de jobs – e, portanto, a responsabilidade e autorização sistêmica para modificações em rotinas críticas. Este usuário é encarregado pelas modificações solicitadas via chamado por todos os setores e colaboradores da Companhia.

Entretanto, em nossos procedimentos de entendimento do processo, não identificamos controles detectivos de revisão de modificações em rotinas críticas que analisem se as modificações realizadas possuem as adequadas aprovações e se foram realizadas da forma prevista pelo usuário autorizado.

Considerando que as rotinas críticas se referem aos principais processos executados operacionalmente pela Companhia que envolvem provisões contábeis, extração de relatórios, movimentações financeiras, bem como outros processos significativos, entendemos que a revisão periódica das modificações efetuadas, bem como o controle detectivo sobre as mesmas, mitigam o risco de falhas em rotinas críticas e, conseqüentemente, na operação das Empresas Randon.

Portanto, recomendamos que seja efetuada a revisão periódica das manutenções e modificações efetuadas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

2. Processo de validação de acessos de funcionários transferidos entre áreas

Durante os procedimentos de análise do ambiente de TI, constatamos que, no processo de transferência de funcionários entre setores da Companhia, o gestor do setor de origem da transferência indica se os perfis de acesso ao sistema SAP devem ser mantidos ou revogados. Constatamos que esse processo não passa por alçadas de aprovação, afim de avaliar a adequação dos acessos anteriores em relação às novas atribuições do profissional transferido. Adicionalmente, não identificamos, em nossos procedimentos, processo rotineiro de revisão se todos as solicitações de transferências, as quais são realizadas de forma manual, efetivamente foram realizadas no sistema SAP.

Identificamos a implementação do controle de transferências no longo do ano de 2020, entretanto, verificamos que o mesmo ainda não estava contemplando todas as regras relacionadas as transferências de funções e, por conta disso, algumas transações não eram detectadas. As transferências sistêmicas não detectadas durante o ano, por consequência, não tiveram o seu acesso revalidado.

Acessos não autorizados às informações críticas e confidenciais da Companhia, responsabilidades de acesso acumuladas e conflitantes quanto à correta segregação de funções possibilitam a perda de integridade dos dados, prejuízos financeiros e à imagem da empresa.

Recomendamos à Companhia que o controle de revisão para quando o profissional é transferido de cargo ou área seja ajustado atendendo também aos pontos ainda remanescentes, afim de os acessos do profissional transferido estejam aderentes às suas funções e que sejam removidos acessos não mais pertinentes às funções novas atribuídas.

3. Processo relacionado ao controle de acessos ao sistema SAP

Durante o processo de entendimento dos controles de acesso, observamos que a Companhia não possui uma matriz formalizada que relacione funções a acessos necessários para os profissionais e que, para profissionais transferidos, não há procedimento de revisão adequada de acessos no momento da transferência. Adicionalmente, não observamos um processo formalizado de revisão periódica de acessos de usuários ativos.

O risco associado a essa questão reside no fato de que acessos podem ser utilizados de forma indevida e desta forma possibilitar acessos não autorizados às informações críticas e confidenciais da Companhia, com possibilidade de perda de integridade dos dados, prejuízos financeiros e à imagem da Companhia.

Recomendamos que a Companhia implemente uma política formalizada com definições para a revisão de concessão/modificação de acessos de usuários ativos, bem como revisão periódica dos acessos concedidos e modificações nos perfis de usuários ativos. Ainda, recomendamos que a Companhia implemente uma matriz formalizada de atribuições e respectivos acessos, de forma a garantir que cada usuário tenha os acessos adequados em seu perfil de acordo com as suas atribuições na Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Administração da Companhia apresentou os seus comentários a cada uma das recomendações anteriormente descritas:

1. Ausência de procedimento formal de alteração em rotinas críticas

Comentários da Administração

Em outubro/2020 a área de Segurança da Informação das Empresas Randon restringiu o número de funcionários e terceiros com acesso às transações que podem criar/modificar rotinas críticas no SAP e formalizou o documento de Instrução de Trabalho “Controle de Acesso a Jobs Críticos do SAP”.

Também foi implementada uma nova regra de segregação de função (SoD), com o objetivo de controlar e monitorar a concessão de acesso dessas transações de rotinas críticas, elevando a criticidade em novas liberações.

Além disso, a Companhia implementará o processo de gestão de mudança no controle de alterações das rotinas críticas, garantindo que apenas modificações autorizadas e testadas sejam implementadas em produção, da mesma forma que é realizado na modificação do sistema.

Prazo: 30/09/2021

2. Processo de validação de acessos de funcionários transferidos entre áreas

Comentários da Administração

Em novembro/2020 foi implementado um controle sistêmico de revisão de acessos dos funcionários transferidos entre as Empresas Randon, a fim de remover as transações indevidas em relação a nova função. Esse controle está sendo realizado via sistema IAM (Identity and Access Management), o qual também é utilizado na liberação de acessos no sistema SAP.

3. Processo relacionado ao controle de acessos ao sistema SAP

Comentários da Administração

Em abril/2021 foi implementado um controle sistêmico de revisão anual dos acessos (considerando como base a data do aniversário de empresa de cada funcionário ou a data de criação do usuário do prestador de serviço), por meio do nosso sistema de IAM (Identity and Access Management) o qual também é utilizado para a liberação de acessos no sistema SAP.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Além disso, a Companhia entende que a matriz formalizada que relacione funções a acessos necessários para os profissionais será implementada através da ferramenta SAP GRC, que tem previsão de ser implementada com a nova versão do SAP. Essa implementação está prevista para 2023.

Prazo: 31/12/2023

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Programa de Integridade

A Companhia se preocupa com a construção de um ambiente organizacional ético para que todos exerçam suas atividades pautados pela honestidade, transparência, integridade e seriedade e, por meio disso, reafirmam o seu comprometimento com a sociedade como um todo.

O Programa de Integridade das Empresas Randon (ID Randon), representa a continuidade neste processo de evolução da governança das empresas, fortalecendo nossos valores e nossos princípios para os próximos desafios.

O programa de integridade contempla o Código de Conduta Ética, Políticas Corporativas, Canal de Ética e Portal *Due Diligence*, ferramenta utilizada para identificar potenciais riscos advindos da contratação de terceiros.

(a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

A Companhia possui a Política Anticorrupção que estabelece diretrizes e padrões que almejam assegurar que as Empresas Randon e todos que atuam em seu nome, entendam e atuem em conformidade com a lei.

A Companhia dispõe também do Código de Conduta Ética que está fundamentado nos princípios das Empresas Randon e tem como principal objetivo orientar sobre as práticas de condutas éticas, contribuindo para que as escolhas certas sejam realizadas dentro e fora do ambiente de trabalho.

O Portal de *Due Diligence* é também uma ferramenta utilizada para identificação de potenciais riscos de atos de corrupção advindos da contratação de terceiros.

(i) principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor

Os mecanismos estão estabelecidos no Programa de Integridade (ID Randon) das Empresas Randon, os principais são o Código de Conduta Ética, o Canal de Ética, o portal de *Due Diligence*, as políticas corporativas e os treinamentos sobre os temas relacionados a integridade.

As diretrizes para gerenciamento de riscos regulatórios estão estabelecidas na Política de Gestão de Riscos, que pode ser encontrada no endereço eletrônico:

<https://ri.randon.com.br/governanca-corporativa/estatutos-codigos-e-politicas/>

As políticas corporativas são revisadas anualmente para assegurar a integridade dos processos adotados pela Companhia.

(ii) a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

A Companhia possui a Política de *Compliance* aprovada pelo Conselho da Administração em 07 de novembro de 2017 que visa orientar a função de *compliance* das Empresas Randon, por

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

meio de diretrizes, princípios e responsabilidades observados no desempenho das atividades. Também objetiva disseminar a prática de Compliance por todos os níveis de gestão, demonstrando a importância de conhecer e executar as determinações legais e regulamentares, para mitigação de riscos.

(iii) código de ética ou de conduta

O Código de Ética é aplicável a todos os funcionários e à Alta Administração das Empresas Randon independentemente de cargo ou funções exercidas, estendido à terceiros (exemplo: fornecedores, prestadores de serviços, agentes intermediários e associados) e foi aprovado pelo Conselho de Administração em 10 de maio de 2016, podendo ser acessado através do link:

https://apicatalog.mziq.com/Código_de_Conduta.pdf

A realização de treinamentos ocorre na integração do funcionário e/ou terceiro e também em pautas de reuniões mensais, vídeos institucionais, comunicações do endomarketing para disseminação das práticas, zelando pelo crescimento e integridade de todas as relações.

Em caso de violação, desvios aos valores, políticas ou cometimento de infrações legais e/ou contratuais, são aplicadas as sanções, conforme previsto na Política de Consequências.

(b) canal de denúncia

O Canal de Ética das Empresas Randon é disponível para o público interno e externo. É um canal exclusivo para comunicação segura e, se desejada, anônima, de condutas consideradas antiéticas ou que violem os princípios das Empresas Randon e/ou a legislação vigente.

O Canal de Ética é gerenciado por empresa independente e especializada, e qualquer pessoa pode entrar em contato por meio do site ou telefone:

Site: <https://canaldeetica.com.br/empresasrandon/>

Telefone: 0800-777-0768, disponível 24h via gravação em secretária eletrônica ou de segunda à sábado das 08h às 20h, com atendimento pessoal especializado.

Na captação de relatos é garantido o sigilo e confidencialidade. A área de Gestão de Riscos e *Compliance* é responsável por acompanhar as apurações do relato, e reportar periodicamente os resultados para o Comitê de Ética das Empresas Randon, que tem por atribuição dar cumprimento ao Código de Conduta Ética mediante o tratamento adequado à todas as ocorrências.

(c) procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares

Além dos procedimentos já elencados neste Formulário de Referência, a Companhia adota procedimentos quando da realização de fusões, aquisições e reestruturações societárias, visando à identificação de vulnerabilidade e de risco de práticas irregulares.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Neste sentido e com o propósito de detectar eventuais fraudes ou quaisquer atos ilícitos pelas empresas envolvidas, a Companhia dispõe de assessores externos e equipe interna especializada responsável pela condução destes processos, seguindo determinadas práticas de diligência, dentre as quais cabe citar:

- ✓ a contratação de auditores contábeis, trabalhistas e tributários;
- ✓ a contratação de escritórios de advocacia conceituados, para a realização de ampla auditoria jurídica, abrangendo, inclusive aspectos relativos a processos/programas de integridade;
- ✓ a submissão prévia de todas as aquisições à avaliação da Diretoria da Companhia; e
- ✓ a submissão prévia de todos os processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias ao Conselho de Administração e, quando for o caso, da assembleia geral de acionistas.

(d) razões pelas quais o emissor não adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito, a Companhia adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Todas as informações relevantes a respeito de gerenciamento de riscos e controles internos foram informadas nos itens anteriores.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras incluídas no item 10 do Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, são derivadas das Demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Boards – IASB* ("IASB") e às práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), além de normas complementares emitidas pela CVM e por outros órgãos reguladores.

As informações constantes deste item 10 do Formulário de Referência devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia e suas respectivas notas explicativas, disponíveis no site da Companhia (<http://ri.random.com.br>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para fazer frente à sua estratégia de crescimento e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo, conforme informações apresentadas a seguir:

Exercício de 2020

A Companhia encerrou 2020 com endividamento financeiro líquido consolidado de R\$ 1,5 bilhão, com alavancagem equivalente a um múltiplo de 1,26x o EBITDA dos últimos doze meses. Parte deste endividamento, R\$ 656,5 milhões, se refere às operações do Banco Randon, que tem como característica a atividade financeira, ou seja, realiza captações para financiar suas operações. Excluindo a dívida do Banco Randon do endividamento consolidado, o valor do endividamento financeiro líquido consolidado é de R\$ 859,1 milhões, com alavancagem de 0,72x o EBITDA dos últimos doze meses.

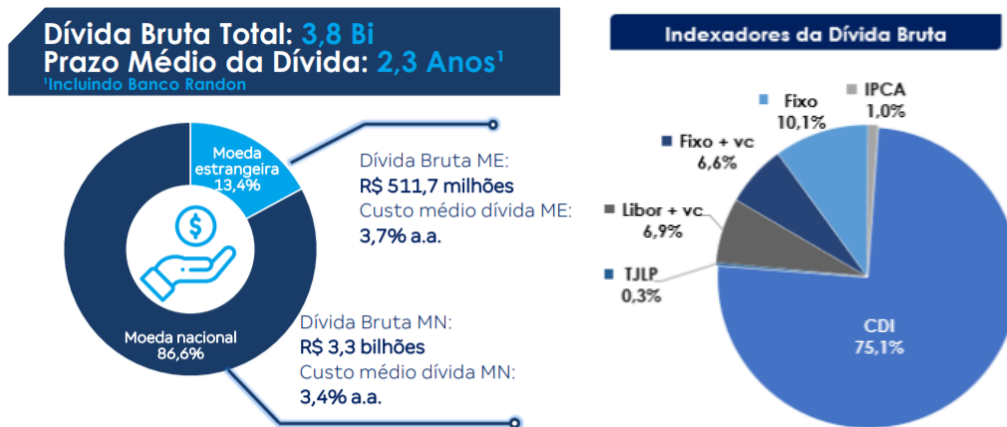
O aumento da dívida líquida da Companhia ao longo de 2020 está relacionado à sua expansão. Em setembro de 2020, a controlada Fras-le adquiriu a empresa Nakata Automotiva, fato que adicionou R\$ 511,8 milhões no endividamento, tanto pelo valor de aquisição pago pela adquirida quanto pela dívida que ela já possuía. Além disso, o aumento da necessidade de capital de giro pelo aumento das atividades e expansão, pagamento de impostos e distribuição de dividendos também contribuiu para este avanço. No entanto, a geração de caixa bruta também cresceu, o que possibilitou uma situação financeira sólida para Companhia.

A dívida da Companhia é majoritariamente em moeda nacional e os custos de captação estão compatíveis com as taxas praticadas pelo mercado.

Os diretores entendem que os níveis do índice de liquidez corrente e solvência estavam em boa situação em 2020. O índice de liquidez corrente (calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) foi de 1,8.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Segue abaixo detalhamento do endividamento ao final de 2020:



Exercício de 2019

O endividamento financeiro líquido consolidado (dívida bruta menos disponibilidades e aplicações financeiras) atingiu R\$ 867,8 milhões no encerramento de 2019, equivalente a um múltiplo de 1,26 vezes o EBITDA dos últimos doze meses. Ao final de 2018, este endividamento era de R\$ 1,1 bilhão e representava múltiplo de 1,97 vezes o EBITDA dos últimos doze meses.

Excluindo-se os indicadores da atividade do Banco Randon, o endividamento líquido da Companhia encerrou 2019 em R\$ 535,5 milhões, com geração de caixa livre positiva de R\$ 289,4 milhões, em função dos pontos mencionados no parágrafo anterior.

Os diretores entendem que os níveis do índice de liquidez corrente e solvência estavam em boa situação em 2019. O índice de liquidez corrente (calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) foi de 2,5.

Exercício de 2018

O endividamento financeiro líquido consolidado (dívida bruta menos disponibilidades) foi de R\$ 1,1 bilhão no encerramento de 2018, equivalente a um múltiplo de 1,97 vezes o EBITDA dos últimos doze meses. No encerramento de 2017 este endividamento era de R\$ 553,3 milhões e representava múltiplo de 1,79 vezes o EBITDA dos últimos doze meses.

Excluindo-se os indicadores da atividade do Banco Randon, o endividamento líquido da Companhia encerrou 2018 em R\$ 824,9 milhões, com geração de caixa livre negativa de R\$ 473,0 milhões, em função dos pontos mencionados no parágrafo anterior.

Os diretores entendem que os níveis atuais do índice de liquidez corrente e solvência estavam em boa situação em 2018. O índice de liquidez corrente (calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) foi de 2,3.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**b) Estrutura de capital**

A Companhia entende que a sua atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação do seu passivo total e seu patrimônio líquido apresenta níveis adequados de alavancagem.

Estrutura de Capital da Companhia está evidenciada nas tabelas a seguir:

	Capital Próprio	Capital de Terceiros
31 de dezembro de 2020	29,8%	70,2%
31 de dezembro de 2019	34,4%	65,6%
31 de dezembro de 2018	35,0%	65,0%

	Em 31 de dezembro de		
	2020 (em R\$ mil)	2019 (em R\$ mil)	2018 (em R\$ mil)
Capital Próprio			
Capital Social	1.293.170	1.293.170	1.293.170
Reserva de Capital	-7.171	-7.171	-7.171
Aquisição Investimento Controlada	-190.350	-190.350	-190.350
Reservas de Lucros	899.961	555.792	405.867
Outros resultados abrangentes	63.811	41.103	25.796
Resultados acumulados	0	0	0
Participação de acionistas não controladores	616.787	483.418	517.649
Patrimônio Líquido	2.664.164	2.175.962	2.044.961
Capital de Terceiros			
Passivo Circulante	3.029.500	1.507.680	1.587.915
Passivo Não Circulante	3.275.374	2.644.472	2.205.268
Total do Passivo	6.304.874	4.152.152	3.793.183
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	8.980.458	6.328.114	5.838.143

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Randon tem apresentado ao longo dos anos capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e longo prazo, como atestam seus índices de liquidez corrente e de endividamento. A manutenção da saúde econômica e financeira é consequência da estratégia de gestão conservadora dos ativos que maximiza o giro dos ativos operacionais e dimensiona investimentos com vista a não ultrapassar os padrões de endividamento previstos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

CONSOLIDADO	Em 31 de dezembro de		
Índices Financeiros	2020	2019	2018
Índice de Liquidez Corrente	1,8	2,5	2,3
Índice de Endividamento	1,26	1,26	1,97

A Companhia possui capacidade financeira e linhas de crédito para renovar suas dívidas alongando os prazos de pagamento se necessário. As projeções financeiras internas suportam o pagamento da dívida contraída.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizados:

A Companhia possui operações de adiantamentos de contratos de câmbio (ACCs), linhas de pré-pagamentos e pré-embarques atrelados às operações de exportações. Adicionalmente, a Companhia utiliza, além de recursos próprios, linhas de créditos junto a instituições financeiras para o financiamento de ativos não-circulantes, tais como o FINEP, BNDES, FUNDOPEM, NCE, PPE e Debêntures, dentre outros.

A seguir, tabelas demonstrando a composição da dívida bruta nos últimos três exercícios:

	2020	2019	2018
Modalidade	Total R\$	Total R\$	Total R\$
ACC	64.139	51.588	56.507
BNDES	532	9.341	37.128
Debêntures	1.847.572	1.544.509	1.409.049
Dívida Banco Randon	578.136	222.825	154.736
Capital de Giro	312.456	-	-
FINEP	33.010	31.841	43.845
FINIMP	17.403	16.918	4.857
FRN 4131	41.667	-	27.872
FUNDOPEM	39.172	51.131	62.109
Leasing	571	3.450	1.136
NCE	223.794	205.481	189.366
Outros	49.965	88.768	98.846
Resolução 2770	-	56.006	161.773
Nota Promissória	347.726	365.066	366.880
PPE	256.009	219.737	224.691
Combinação de negócios	231.484	-	-
	4.043.635	2.866.659	2.838.795

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As principais fontes de recursos para as necessidades de capital que a Companhia pretende utilizar no curso regular de seus negócios são o caixa operacional e empréstimos e financiamentos, sem prejuízo de recursos que possam vir a ser obtidos no mercado de capitais.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Companhia possui acesso rápido a linhas de crédito considerando os bons índices de avaliação junto às instituições financeiras e o bom relacionamento com estas.

A classificação de risco da Companhia de acordo com o Standard & Poor's para 2020 foi "brAA-". E a instituição considera adequada o nível de liquidez da Randon. Em setembro de 2020, a S&P reafirmou o rating da Companhia e o removeu do *Credit Watch*, devido à perspectiva negativa por incertezas da indústria automotiva e pico de alavancagem.

As principais fontes de financiamento da Companhia são suas disponibilidades, caixa gerado pelas operações e captações de recursos com bancos.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Empréstimos e Financiamentos Bancários (R\$ milhões)

			Consolidado		
	Indexador	Vcto. Final	2020	2019	2018
Moeda Nacional					
Capital de giro	CDI/Taxa Fixa	8/2024	646.934	373.173	179.647
Finame	Taxa Fixa	12/2024	353.812	221.712	159.201
Debêntures	CDI	7/2027	1.847.572	1.544.509	1.760.445
NCE	CDI	8/2024	154.426	187.177	-
Fundopem	IPCA	5/2027	39.172	51.131	62.109
Finep	Taxa Fixa/TJLP	3/2030	33.010	31.841	43.845
Cessão de Crédito	Taxa Fixa	2/2021	7.841	1.113	-
Vendor	Selic	2/2023	1.555	-	279
Leasing	Taxa Fixa	8/2022	546	860	1.879
BNDES	Taxa Fixa/TJLP	1/2023	334	5.622	24.004
Moeda Estrangeira					
ACC	Taxa Fixa/Varição Cambial	12/2021	64.139	51.588	56.507
Pré Pgto Exportação	Libor/ Variação Cambial	7/2025	256.010	219.737	277.888
Capital de Giro	Taxa Fixa/ Libor/ Variação Cambial	5/2023	62.296	50.961	954
NCE	CDI/Taxa Fixa/Varição Cambial	10/2024	69.369	18.303	-
Finimp	Taxa Fixa/Varição Cambial	04/2021	17.403	16.918	4.857
Term Loan	Taxa Fixa/Varição Cambial	01/2037	31.078	24.378	239.594
Finex	Taxa Fixa/Varição Cambial	6/2021	1.999	5.321	-
BNDES	Taxa Variável	1/2023	87	3.719	12.102
Leasing	Taxa Fixa	5/2021	24	2.590	-
Resolução 2770	Libor/ Variação Cambial	3/2020	-	56.006	-
			3.587.607	2.866.659	2.823.311

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Destacam-se como financiamentos relevantes, as debêntures emitidas ao longo de 2020, pela controlada Fras-le. Foram realizadas a 3ª e 4ª emissão de debêntures da controlada Fras-le, no montante de R\$ 210 milhões cada, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da instrução CVM nº 476/2009.

Ao final de 2020, o Conselho de Administração autorizou a 8ª emissão de debêntures da Companhia no valor de R\$ 250 milhões. No entanto os recursos só foram disponibilizados para a Companhia em 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Exceto pelos empréstimos e financiamentos descritos acima, a Companhia não mantém atualmente outras relações relevantes de longo prazo com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas financeiras quirografárias da Companhia. As dívidas financeiras que possuem garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei. Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível será apresentada em ordem de preferência de liquidação:

- 1) Obrigações sociais e trabalhistas;
- 2) Impostos a recolher;
- 3) Empréstimos e financiamentos com garantias reais (atualmente, não aplicável);
- 4) Demais empréstimos e financiamentos;
- 5) Outros passivos.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Exercício de 2020

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por avais e fianças para as controladas no valor de R\$ 191.752 (R\$ 62.305 em 31 de dezembro de 2019), não há notas promissórias e cartas fiança. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas detêm contratos de financiamentos e debêntures no valor de R\$ 1.847.572 que preveem o cumprimento de compromissos financeiros (*Covenants*), calculados pela relação entre dívida líquida e EBITDA, nas datas base de encerramento de cada exercício social. Em 31 de dezembro de 2020, os índices financeiros estabelecidos estavam sendo atendidos pela Companhia e suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2020, o índice de Dívida Financeira Líquida/EBITDA (Randon Consolidado sem Banco) foi de 0,71 vezes o EBITDA dos últimos doze meses.

Exercício de 2019

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por avais e fianças para as controladas no valor de R\$ 62.305 (R\$ 264.566 em 31 de dezembro de 2018), não há notas promissórias e cartas fiança.

Adicionalmente, a Companhia detêm contratos de financiamentos e debêntures no valor de R\$1.907.796 que preveem o cumprimento de compromissos financeiros (*Covenants*) nas datas base de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

encerramento de cada exercício social.

Em 31 de dezembro de 2019, o índice de Dívida Financeira Líquida/EBITDA (Randon Consolidado sem Banco) foi de 0,79 vezes o EBITDA dos últimos doze meses e o índice Patrimônio Líquido / Ativo Total (Consolidado) foi de 0,34, portanto ambos os índices ficaram dentro dos limites estabelecidos pelos covenants no período.

Exercício de 2018

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por avais e fianças para as controladas no valor de R\$ 264.566 (R\$ 386.040 em 31 de dezembro de 2017), não há notas promissórias e cartas fiança.

Adicionalmente, a Companhia detém contratos de financiamentos no valor de R\$ 1.641.704 que preveem o cumprimento de compromissos financeiros (Covenants) nas datas base de encerramento de cada exercício social.

A seguir a descrição dos mesmos:

- Dívida Financeira Líquida/EBITDA (Consolidado sem a controlada Banco Randon S.A.) de no máximo 3,0 vezes - R\$ 23.319;
- Dívida Financeira Líquida/EBITDA (Consolidado sem a controlada Banco Randon S.A.) de no máximo 3,5 vezes - R\$ 1.581.258;
- Patrimônio Líquido / Ativo Total (Consolidado) maior ou igual à 0,30 - R\$ 37.127;

Em 31 de dezembro de 2018, o índice de Dívida Financeira Líquida/EBITDA (Randon Consolidado sem Banco) foi de 1,51 vezes o EBITDA dos últimos doze meses e o índice Patrimônio Líquido / Ativo Total (Consolidado) foi de 0,35, portanto ambos os índices ficaram dentro dos limites estabelecidos pelos covenants no período.

Fontes de Liquidez adicional

A Companhia tem utilizado sua geração de caixa próprio e instrumentos lastreados em exportação para uso em sua necessidade de recursos. Embora sem utilização nos últimos anos, a Companhia possui bons índices de avaliação junto às instituições financeiras o que permite acesso rápido a linhas de crédito.

Segue abaixo, tabela que expõe a subordinação de garantias relativas aos 3 últimos exercícios:

GARANTIAS POR AVAIS E FIANÇAS R\$ (mil)	2020	2019	2018
Menos de 1 ano	11.916.169	34.086.367	170.215.403
Entre 1 e 3 anos	18.951.195	-	63.857.014
Entre 3 a 5 anos	160.883.922	26.610.952	30.493.337

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Acima de 5 anos	-	1.607.850	-
	191.751.286	62.305.169	264.565.755

As garantias reais, em caso de liquidação da Companhia, terão preferência entre as garantias dadas pela mesma.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Abaixo segue tabela que apresenta a evolução durante os anos de 2020, 2019 e 2018 dos contratos que estavam em vigor, que possuíam limite de crédito aprovado e em fase de desembolso:

CONSOLIDADO	Em 31 de dezembro de		
Financiamentos	2020	2019	2018
	<i>(em R\$ mil)</i>	<i>(em R\$ mil)</i>	<i>(em R\$ mil)</i>
Contratado	11.305	0	55.120
Liberado	10.049	0	5.991
Saldo	1.256	0	49.129

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Abaixo apresentamos as demonstrações das informações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020, as quais foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis (*International Accounting Standards Board – IASB*) e também conforme as práticas adotadas no Brasil (BR GAAP)

A tabela resumo a seguir facilita a compreensão dos dados.

	2018	%¹	2019	%¹	2020	%¹	Variação 2018 x 2019		Variação 2019 x 2020	
							R\$	%²	R\$	%²
Receita Bruta Total (sem eliminações)	6.044.161	141,8%	7.291.686	143,2%	7.696.484	141,9%	1.247.525	20,6%	404.798	5,6%
Receita Líquida Consolidada	4.262.602	100,0%	5.092.365	100,0%	5.424.864	100,0%	829.763	19,5%	332.499	6,5%
Lucro Bruto Consolidado	1.012.514	23,8%	1.258.863	24,7%	1.355.628	25,0%	246.349	24,3%	96.765	7,7%
Resultado Líquido Consolidado	151.719	3,6%	247.617	4,9%	664.674	12,3%	95.898	63,2%	417.058	168,4%
Lucro Operacional Próprio (EBIT) - Consolida	437.490	10,3%	530.958	10,4%	1.011.340	18,6%	93.468	21,4%	480.382	90,5%
EBITDA Consolidado	559.819	13,1%	690.717	13,6%	1.199.375	22,1%	130.898	23,4%	508.658	73,6%
Endividamento Financeiro Líquido Consolidad	1.100.224	25,8%	867.857	17,0%	1.515.642	27,9%	-232.367	-21,1%	647.785	74,6%
Endividamento Financeiro Líquido Consolidado (sem banco)	824.945	19,4%	535.499	10,5%	859.113	15,8%	-289.446	-35,1%	323.614	60,4%
Resultado Financeiro Líquido Consolidado	-118.275	-2,8%	-101.315	-2,0%	217.148	4,0%	16.960	-14,3%	318.463	-314,3%
<i>Receitas Financeiras</i>	333.726	7,8%	315.395	6,2%	674.696	12,4%	-18.331	-5,5%	359.301	113,9%
<i>Despesas Financeiras</i>	-460.200	-10,8%	-442.944	-8,7%	-494.123	-9,1%	17.256	-3,7%	-51.178	11,6%
<i>Correção Monetária (IAS 29)</i>	8.199	0,2%	26.234	0,5%	36.575	0,7%	18.035	220,0%	10.341	39,4%
Despesas Administrativas e Comerciais Consolidadas	-608.791	-14,3%	-702.273	-13,8%	-786.667	-14,5%	-93.482	15,4%	-84.394	12,0%
Lucro Consolidado por Ação	0,44	0,0%	0,72	0,0%	2,02	0,0%	0,28	64,4%	1,29	179,0%

Legenda:

¹: Variações que representam análise vertical (representatividade sobre receita líquida do período correspondido)

²: Variações que representam análise horizontal (variação de um período para o outro)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em relação ao exercício de 2020, destacamos os seguintes indicadores que apresentaram maior variação:

Em 2020 os indicadores que mais apresentaram variação foram: EBITDA Consolidado, Resultado Financeiro e Resultado Líquido.

O EBITDA consolidado teve avanço de 73,6% no comparativo com 2019, principalmente devido aos seguintes fatores:

- Retorno dos investimentos em eficiência e produtividade, que possibilitaram fazer mais com menos;
- Melhora na absorção dos custos fixos pelo aumento dos volumes vendidos;
- Disciplina em gastos e despesas;
- Fatos não recorrentes, que podem ser observados em detalhes, no comentário sobre as despesas operacionais.

O Resultado financeiro líquido teve aumento significativo no período, atingindo R\$ 217,1 milhões positivos. Este avanço foi possível devido a:

- Redução do CDI, que impacta na diminuição dos juros sobre financiamentos;
- Isenção de IOF sobre as operações financeiras;
- Correção monetária dos processos tributários que tiveram êxito em 2020, e que somaram R\$ 292,9 milhões no período.

E por fim, o resultado líquido, que teve aumento de 168,4% no comparativo com 2019, devido à combinação de fatores já explicados nos indicadores citados.

A boa demanda do mercado, a valorização cambial, o retorno de investimentos recentes tanto em inovação quanto em expansão, permitiram à Companhia entregar bons resultados em 2020.

Em relação ao exercício de 2019, destacamos os seguintes indicadores que apresentaram maior variação:

- a. A Companhia obteve lucro líquido de R\$ 247,6 milhões e margem líquida de 4,9% em 2019, contra lucro líquido de R\$ 151,7 milhões e margem líquida de 3,6% em 2018. O esforço da Companhia ao longo do ano de 2019 e a melhora das condições de mercado permitiu o crescimento da rentabilidade para níveis próximos dos melhores anos históricos, crescendo 63,2% em comparação a 2018. A adoção do IFRS 16, impactou negativamente o resultado líquido em R\$ 5,4 milhões em 2019, sendo 84,3% na divisão autopeças, 15,1% na divisão montadora e 0,6% na divisão serviços.
- b. EBITDA: Em 2019, o EBITDA Consolidado alcançou R\$ 690,7 milhões ou 13,6% sobre a receita líquida do período, enquanto em 2018 havia somado R\$ 559,8 milhões ou 13,1% sobre a receita líquida. O aumento do EBITDA é fruto do crescimento dos volumes e de diversas ações que passam desde a recomposição de preços e melhor aproveitamento fabril, até ao maior controle de gastos e despesas. A Companhia atua fortemente nas duas pontas a fim de obter aumento das margens e garantir melhor retorno aos acionistas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- c. Endividamento Líquido: o endividamento financeiro líquido consolidado (dívida bruta menos disponibilidades e aplicações financeiras) atingiu R\$ 867,8 milhões no encerramento de 2019, equivalente a um múltiplo de 1,26 vezes o EBITDA dos últimos doze meses. Ao final de 2018, este endividamento era de R\$ 1,1 bilhão e representava múltiplo de 1,97 vezes o EBITDA dos últimos doze meses. A redução do endividamento se deve a diminuição da NCG, especialmente nas contas de clientes e impostos a recuperar. O grau de alavancagem também foi reduzido pelo aumento da geração de caixa bruta.
- d. Resultado Financeiro: O resultado financeiro líquido consolidado (receitas menos despesas) passou de R\$ 118,3 milhões negativos em 2018, para R\$ 101,3 milhões negativos em 2019. Os dois principais fatores que afetam o resultado financeiro são a variação cambial do período e os juros sobre financiamentos.

Em relação ao exercício de 2018, destacamos os seguintes indicadores que apresentaram maior variação:

- e. Lucro Líquido e Lucro Líquido por Ação: a Companhia obteve lucro líquido de R\$ 151,7 milhões e margem líquida de 3,6% em 2018, contra lucro líquido de R\$ 46,7 milhões e margem líquida de 1,6% em 2017. O esforço da Companhia ao longo do ano de 2018 para entregar melhores resultados possibilitou o retorno da lucratividade a patamares mais próximos dos níveis históricos, ampliando em mais de R\$ 100 milhões o lucro alcançado em 2017. Nesse contexto, além das medias internas, a reação do mercado automotivo contribuiu de maneira fundamental. Foram produzidos no Brasil 48.702 semirreboques e 105.534 caminhões em 2018, crescimento de 71,8% e 27,1% respectivamente, frente ao ano anterior.
- f. EBITDA: em 2018, o EBITDA Consolidado totalizou R\$ 559,8 milhões ou 13,1% sobre a receita líquida do período, enquanto em 2017 havia somado R\$ 308,2 milhões ou 10,5% sobre a receita líquida. A expansão em valor absoluto do EBITDA no ano veio de condições de mercado mais favoráveis, que possibilitaram o crescimento das operações da Companhia como um todo. A melhora na margem foi possível através de um amplo esforço de recuperação de preços ao longo dos trimestres e contenção da pressão de custos, que foi um dos principais desafios ao longo do ano;
- g. Endividamento Líquido: o endividamento líquido consolidado da Companhia em 2018 totalizou R\$ 824,9 milhões, um múltiplo de 1,51 vezes o EBITDA dos últimos doze meses. A variação da dívida líquida em 2018 é explicada, principalmente, pelo aumento da NCG, fruto do aumento dos volumes ao longo do ano. As principais variações foram nas contas de estoques, clientes e impostos a recuperar. Além disso, a dívida líquida também foi afetada pelo desembolso com aquisições de controladas;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- h. Resultado Financeiro: o resultado financeiro líquido consolidado (receitas menos despesas) passou de R\$ 37,0 milhões negativos em 2017, para R\$ 118,3 milhões negativos em 2018, principalmente em função da variação cambial do período e de juros sobre financiamentos.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2 – Resultado Operacional e Financeiro****a. Resultados das operações do emissor:****i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita****Receitas**

	2017	Variação 2017- 2018	2018	Variação 2018- 2019	2019	Variação 2019- 2020	2020
Receita Bruta total (sem eliminação entre empresas)	R\$ 4,2 bilhões	43,4%	R\$ 6,0 bilhões	20,6%	R\$ 7,3 bilhões	5,6%	R\$ 7,7 bilhões
Receita Líquida Consolidada	R\$ 2,9 bilhões	45,1%	R\$ 4,3 bilhões	19,5%	R\$ 5,1 bilhões	6,5%	R\$ 5,4 bilhões

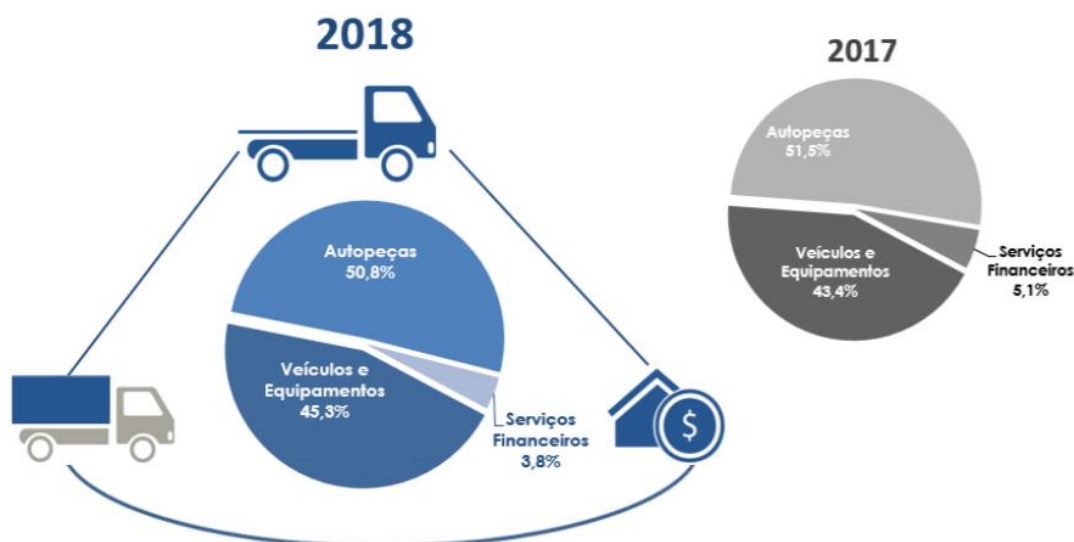
Composição da Receita Líquida Consolidada

	JAN-DEZ/2018	JAN-DEZ/2019	JAN-DEZ/2020
Representatividade das vendas entre empresas sobre Receita Líquida Total	11,10%	11,50%	12,0%

Distribuição da Receita por Segmento (2018/2017)

	2018				2017	
	RECEITA LÍQUIDA	VENDA ENTRE EMPRESAS	RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA	% S/ RECEITA	RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA	% S/ RECEITA
Randon S.A. Impl. e Participações (Controladora)	1.883.569	120.777	1.762.792	41,4%	1.128.514	38,4%
Randon Impl. p/o Transporte Ltda.	65.796	284	65.512	1,5%	60.045	2,0%
Randon Veículos Ltda.	896	887	9	0,0%	-	0,0%
Randon Perú S.A.C.	6.706	-	6.706	0,2%	80	0,0%
Randon Argentina S.A.	97.487	-	97.487	2,3%	86.260	2,9%
Escritórios Internacionais	864	864	-	0,0%	-	0,0%
VEÍCULOS E IMPLEMENTOS	2.055.318	122.813	1.932.505	45,3%	1.274.899	43,4%
Master Sist. Automotivos Ltda.	472.908	147.600	325.308	7,6%	228.472	7,8%
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	248.080	77.543	170.537	4,0%	105.553	3,6%
Fras-Le S.A. (Consolidado)	1.141.150	40.959	1.100.191	25,8%	802.780	27,3%
Randon S.A. Impl. e Participações (Divisão Suspensys)	408.419	13.268	395.151	9,3%	243.481	8,3%
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda	351.383	175.952	175.431	4,1%	132.280	4,5%
AUTOPEÇAS	2.621.939	455.323	2.166.616	50,8%	1.512.566	51,5%
Randon Administradora de Consórcios Ltda.	138.264	430	137.834	3,2%	120.217	4,1%
Randon Investimentos Ltda.	40.702	15.074	25.628	0,6%	29.070	1,0%
Randon Collection Com. Art. Promocionais Ltda.	163	144	20	0,0%	5	0,0%
SERVIÇOS FINANCEIROS	179.129	15.648	163.481	3,8%	149.293	5,1%
TOTAL	4.856.386	593.784	4.262.602	100%	2.936.758	100%

Em 2018, houve aumento da participação do setor de Veículos e Implementos, reflexo do forte crescimento na produção de semirreboques no país, conforme demonstrado a seguir nos gráficos de participação das receitas por segmento em 2018 e 2017:

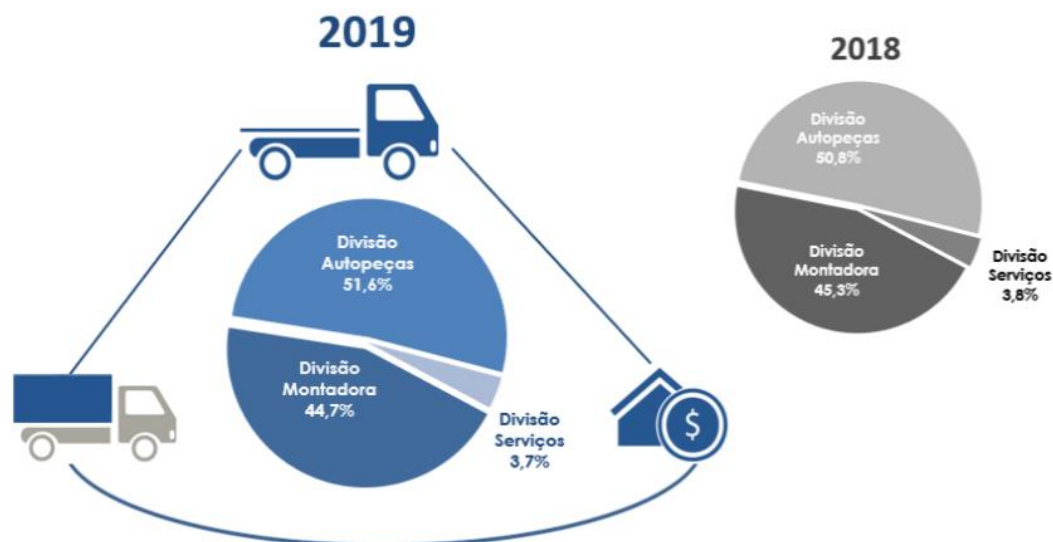
10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**Distribuição da Receita por Segmento (2019/2018)**

	2019				2018	
	RECEITA LÍQUIDA	VENDA ENTRE EMPRESAS	RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA	% S/ RECEITA	RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA	% S/ RECEITA
Randon S.A. Impl. e Participações (Controladora)	2.239.657	129.204	2.110.453	41.4%	1.762.792	41.4%
Randon Impl. p/o Transporte Ltda.	56.419	98	56.321	1.1%	65.512	1.5%
Randon Veículos Ltda.	67.163	35.871	31.292	0.6%	8	0.0%
Randon Triel-HT Implementos Rodoviários Ltda.	20.893	649	20.244	0.4%	-	0.0%
Randon Perú S.A.C.	12.084	-	12.084	0.2%	6.706	0.0%
Randon Argentina S.A.	72.520	27.622	44.897	0.9%	97.487	2.3%
Escritórios Internacionais	236	236	-	0.0%	-	0.0%
Veículos e Implementos	2.468.971	193.679	2.275.291	44.7%	1.932.505	45.3%
Master Sist. Automotivos Ltda.	586.049	171.370	414.678	8.1%	325.307	7.6%
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	286.797	97.910	188.887	3.7%	170.537	4.0%
Fras-Le S.A. (Consolidado)	1.365.509	42.280	1.323.229	26.0%	1.100.190	25.8%
Randon S.A. Impl. e Participações (Divisão Suspensys)	510.885	5.558	505.326	9.9%	395.151	9.3%
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda	400.958	206.327	194.631	3.8%	175.431	4.1%
Autopeças	3.150.197	523.445	2.626.752	51.6%	2.166.616	50.8%
Randon Administradora de Consórcios Ltda.	157.640	1.059	156.582	3.1%	137.834	3.2%
Randon Investimentos Ltda.	51.640	17.956	33.684	0.7%	25.628	0.6%
Randon Collection Com. Art. Promocionais Ltda.	210	154	56	0.0%	18	0.0%
Serviços Financeiros	209.490	19.169	190.321	3.7%	163.481	3.8%
TOTAL	5.828.658	736.293	5.092.365	100.0%	4.262.602	100.0%

Valores em R\$ Mil

Em 2019, houve aumento da participação do setor Autopeças, reflexo das receitas oriundas da adquirida Fremax, controlada indireta da Companhia, a qual foi consolidada em sua integralidade em 2019, fato que não havia ocorrido em 2018. Abaixo estão os gráficos de participação das receitas por segmento em 2019 e 2018:

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro



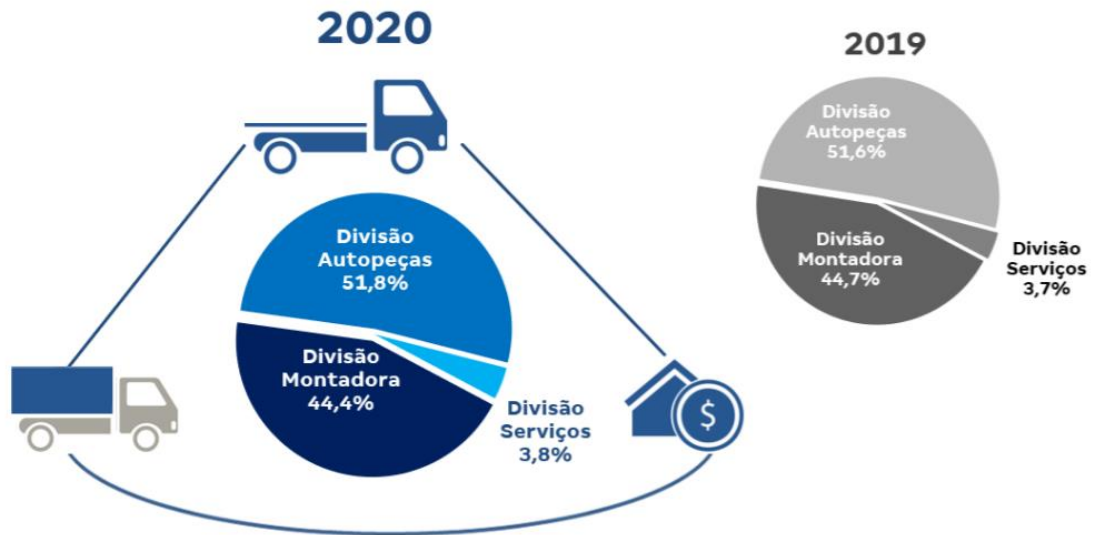
Distribuição da Receita por Segmento (2020/2019)

	2020				2019	
	RECEITA LÍQUIDA	VENDA ENTRE EMPRESAS	RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA	% S/ RECEITA	RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA	% S/ RECEITA
Randon S.A. Impl. e Participações (Controladora)	2.271.352	122.759	2.148.593	39,6%	2.110.453	41,4%
Randon Impl. p/o Transporte Ltda.	14.760	-	14.760	0,3%	56.321	1,1%
Randon Veículos Ltda.	72.914	2.325	70.590	1,3%	31.292	0,6%
Randon Triel-HT Implementos Rodoviários Ltda.	82.866	3.189	79.677	1,5%	20.244	0,4%
Randon Perú S.A.C.	18.628	-	18.628	0,3%	12.084	0,2%
Randon Argentina S.A.	84.724	7.770	76.954	1,4%	44.897	0,9%
Montadora	2.545.245	136.043	2.409.202	44,4%	2.275.291	44,7%
Master Sist. Automotivos Ltda.	522.151	183.543	338.608	6,2%	414.678	8,1%
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	269.303	104.288	165.015	3,0%	188.887	3,7%
Fras-Le S.A. (Consolidado)	1.670.789	32.186	1.638.603	30,2%	1.323.229	26,0%
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda. (Suspensys) ¹	574.111	114.597	459.514	8,5%	505.326	9,9%
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda	356.798	148.866	207.932	3,8%	194.631	3,8%
Autopeças	3.393.152	583.480	2.809.672	51,8%	2.626.752	51,6%
Randon Administradora de Consórcios Ltda.	161.158	203	160.955	3,0%	156.582	3,1%
Randon Investimentos Ltda.	64.835	19.824	45.011	0,8%	33.684	0,7%
Randon Collection Com. Art. Promocionais Ltda.	35	11	24	0,0%	56	0,0%
Serviços	226.028	20.038	205.990	3,8%	190.321	3,7%
TOTAL	6.164.425	739.561	5.424.864	100,0%	5.092.365	100,0%

¹ A partir de outubro de 2020 a Suspensys, que era filial da Randon, foi incorporada pela Castertech.

Valores em R\$ Mil

Em 2020, a Companhia adquiriu empresas no segmento de autopeças, como a Ferrari e a Nakata Automotiva, que ampliaram as receitas desta divisão em 2020. Abaixo estão os gráficos de participação das receitas por segmento em 2020 e 2019:

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

O resultado operacional da empresa é afetado por diversos fatores, dentre os quais estão 3 principais: Demanda de Mercado, Custos e Despesas Operacionais.

Demanda de Mercado

A Companhia atua globalmente e está inserida em diversos mercados, diversificando em bens de capital, autopeças e serviços. A atuação se dá no fornecimento de implementos rodoviários e autopeças aos clientes finais, principalmente no mercado interno, e na reposição, de maneira equilibrada entre clientes no Brasil e em diversas geografias no exterior.

Mudanças no cenário econômico que afetam o segmento da indústria na qual a empresa está inserida afetam materialmente os volumes de produção, que seguem as oscilações de variáveis como PIB, consumo e transporte, tanto positiva quanto negativamente, nos países onde Companhia atua, sendo o principal deles, o Brasil.

Em 2020, a demanda de mercado foi impactada pela pandemia do novo coronavírus. No entanto, ao longo do ano houve a recuperação da demanda, principalmente oriunda do agronegócio e do mercado de bens de consumo.

Segue abaixo quadro com os números dos mercados que mais afetam os negócios da Companhia:

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

		Produção					
		4T20	4T19	Δ%	2020	2019	Δ%
Semirreboques ³ Caminhões ² Ônibus ²		21.461	16.388	31,0%	69.885	66.150	5,6%
		32.861	26.024	26,3%	90.936	113.476	-19,9%
		4.521	5.888	-23,2%	18.405	27.671	-33,5%
		Vendas					
		4T20	4T19	Δ%	2020	2019	Δ%
Semirreboques ¹ Caminhões ² Ônibus ²		20.507	15.741	30,3%	67.372	63.437	6,2%
		26.890	27.080	-0,7%	89.678	101.335	-11,5%
		3.962	5.736	-30,9%	13.931	20.932	-33,4%

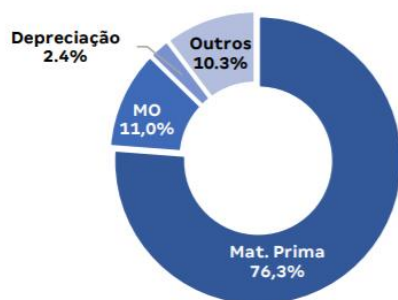
Custos

Os resultados operacionais da Companhia também são afetados pela dinâmica de custos em que a inflação e o nível de demanda de produção para diluição de custos fixos são os fatores que mais afetam este indicador.

Em 2020, devido a pandemia, houve a escassez de alguns insumos, fato que desencadeou pressão inflacionária acima do normal. Os insumos que mais tiveram reajuste ao longo do ano foram aço, rodas, resinas, borrachas e componentes estruturais. No entanto, os ganhos em eficiência e produtividade e o aumento dos volumes vendidos foram fundamentais para mitigar os impactos inflacionários e permitir avanços neste indicador.

O custo dos produtos vendidos representou 75,0% da receita líquida consolidada ou R\$ 4,1 bilhões em 2020 contra R\$ 3,8 bilhões referentes a 2019 e que representaram 75,3% da receita líquida.

Segue abaixo distribuição do CPV em 2020:

**Despesas Operacionais**

As despesas operacionais também têm profunda influência no resultado operacional da Companhia, já que atendem por um gama importante de fatores. Alterações no quadro de funcionários, reestruturação, provisões, contratos, dentre outros, são fatores que podem impactar as despesas operacionais.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Em 2020, as despesas operacionais somaram R\$ 344,3 milhões, distribuídos em despesas administrativas, comerciais e operacionais.

Neste ano, a Companhia teve um grande volume de despesas e receitas não recorrentes que afetaram materialmente o resultado, como segue abaixo:

Despesas Operacionais

- Perda na venda de ativos (R\$ 9,1 milhões);
- Impairment em controladas indiretas (R\$ 34,5 milhões);
- Desmobilização de ativos (R\$ 6,3 milhões);
- Desvínculo voluntário (R\$ 1,2 milhão);
- Despesas de Operações Descontinuadas (R\$ 1,7 milhão);
- Provisão de Operações Descontinuadas (R\$ 10,4 milhões);
- Provisão de Perda de Recebíveis (R\$ 1,2 milhão);
- Expectativa de Recuperabilidade Plano de Previdência (R\$ 10,7 milhões).

Receitas Operacionais

- Ganho na venda de ativos (R\$ 9,4 milhões);
- Compra vantajosa (R\$ 2,1 milhões);
- Reembolso de sinistro (R\$ 6,9 milhões);
- Ganhos de processos tributários diversos (R\$ 18,9 milhões).

Além dos itens citados, é necessário destacar as receitas e despesas com os processos judiciais referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

Segue abaixo detalhamento do impacto líquido por divisão:

Divisão	Valor R\$ Mil¹
Montadora	298.927
Autopeças	203.195
Total Consolidado	502.122

¹ Receitas e Despesas que compõe o valor líquido, com impacto no EBITDA: Outras receitas operacionais, honorários advocatícios, doações e provisões para participação de resultados.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os preços dos produtos da Companhia sofrem reajustes devido à inflação do preço dos insumos, negociações de altos volumes e variação do câmbio. Este último, em 2020, teve aumento significativo em função da desvalorização da moeda nacional, o que favoreceu as exportações.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Na divisão montadora, pode ser verificado avançado gradativo nas vendas de semirreboques ao mercado nacional, que foi possível pelo aumento de capacidade por meio da controlada Randon Triel-HT, da ampliação da planta industrial situada em Araraquara-SP e também do aumento da produção nas plantas já existentes devido aos ganhos em eficiência e produtividade, oriundo de investimentos realizados nos últimos anos. Observa-se também, nesta divisão, a redução significativa da venda de vagões ferroviários, devido a estagnação deste mercado nos últimos anos.

Em 2020 foi adicionado ao portfólio, os produtos vendidos ao mercado de reposição pela Nakata Automotiva, que estão contemplados na linha de "Produtos Diversos Fras-le".

Houve também aumento gradativo nas vendas de cubos e tambores ao longo dos últimos três anos, devido a ampliação de capacidade da controlada Castertech neste período e a conquista de novos clientes.

Segue abaixo quadro com volumes vendidos e representatividade na receita nos últimos 3 anos:

	2020		2019		2018	
	Unid.	% RLC	Unid.	% RLC	Unid.	% RLC
Veículos e Implementos		44,4%		44,7%		45,3%
Semirreboques Brasil (un.)	24.326	33,3%	22.460	32,6%	17.634	28,0%
Semirreboques Mercado Externo (un.)	2.284	4,9%	2.946	5,1%	3.326	6,9%
Vagões (un.)	34	0,2%	167	1,2%	639	4,2%
Reposição	-	4,6%	-	3,9%	-	4,4%
Veículos Especiais (un.)	325	1,4%	398	1,8%	468	1,9%
Autopeças		51,8%		51,6%		50,8%
Materiais de fricção (mil/un.)	94.730	19,0%	102.843	19,2%	101.395	20,7%
Produtos diversos Fras-le (mil/un.)	25.108	11,2%	22.571	6,8%	20.175	5,1%
Freios (un.)	576.319	6,2%	750.204	8,1%	613.675	7,6%
Sistemas de Acoplamento (un.)	109.143	3,0%	124.025	3,7%	119.271	4,0%
Eixos e Suspensões (un.)	135.243	8,5%	139.272	9,9%	30.853	9,3%
Cubo e Tambor (un.)	595.548	3,8%	494.169	3,8%	436.255	4,1%
Serviços		3,8%		3,7%		3,8%
Cotas de Consórcio Vendidas	13.342	3,0%	13.904	3,1%	14.306	3,2%
Randon Investimentos (Banco Randon)	-	0,8%	-	0,7%	-	0,6%

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A dinâmica da inflação, das taxas de juros e do câmbio impactam o resultado financeiro e o tamanho da dívida da Companhia, que podem agir de maneiras distintas a depender da ótica analisada e do momento de mercado enfrentado pela Companhia. A inflação tem reflexo em salários e materiais de uso e consumo, além das matérias-primas bem como outros materiais necessários na fabricação que de uma forma ou outra estão atreladas às oscilações da taxa de inflação do país. A empresa entende que o processo de aumento da inflação tem impacto geralmente negativo, pois incorre no aumento de despesas e custos,

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

o que, em última análise, afeta o resultado da Companhia, já que nem sempre o valor é repassado integralmente ao cliente final.

Já a taxa de juros impacta no nível de vendas (juros mais altos são menos atrativos) e no resultado financeiro, já que parcela significativa do caixa da empresa e também da dívida estão atreladas a este indicador. Como tivemos um ambiente de queda de juros tanto em 2019 quanto em 2020, principalmente em função da taxa SELIC, tanto os juros de financiamentos para nossos clientes quanto nosso custo da dívida, sofreram redução, o que é benéfico para os negócios e para o resultado. No ano, também algumas operações financeiras passaram a ter isenção de IOF, o que reduziu as despesas financeiras no período.

Com relação ao câmbio, a Companhia mantém uma posição positiva em moeda estrangeira, dado que exporta mais que importa. Mesmo com um câmbio favorável para as exportações, a situação no mercado externo não permitiu crescimento relevante das receitas de exportação e das receitas de unidades no exterior, principalmente por conta da Covid-19, além das dificuldades específicas de cada país, como crises político-financeiras e redução no preço de algumas *commodities*.

Em 2020, o resultado financeiro foi impactado também pelo êxito em processos tributários, com juros que somaram R\$ 292,9 milhões no período.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não há.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Exercício de 2020

Em 2020 ocorreram as conclusões das aquisições citadas em 2019, das empresas Ferrari Indústria Metalúrgica (março) e da Nakata Automotiva (setembro).

Além destas, foram constituídas e/ou adquiridas outras quatro empresas: RVC Venture (Randon Ventures), Conexo, Randon Tech Solution Industry (RTS Industry) e Fundituba (Castertech Indaiatuba).

Em 18 de fevereiro, a Companhia divulgou em comunicado ao mercado, a criação da Randon Ventures, empresa que tem como objetivo ampliar as práticas de inovação da Companhia, focando em novas tecnologias que tenham conexão com os negócios das Empresas Randon. A Randon Ventures investe, coinveste e acelera startups.

Em 14 de setembro, o Conselho de Administração aprovou a aquisição da empresa Fundituba Indústria Metalúrgica Ltda., por meio da controlada Castertech. O principal objetivo desta aquisição é a ampliação da capacidade e da flexibilidade de produção de peças fundidas da Castertech.

Em 22 de outubro, o Conselho de Administração aprovou a constituição da empresa Randon Tech Solution Industry, com investimento de R\$ 20,4 milhões. A nova controlada tem como objetivo a fabricação e comercialização de equipamentos, peças e máquinas de robotização, além da prestação de serviços técnicos de engenharia e assessoria para automação industrial.

Também em outubro, a Randon anunciou sua nova empresa de inovação: a Conexo. Por meio desta controlada, a Companhia promove as iniciativas de inovação, não apenas das Empresas Randon, mas as conecta com a comunidade, empreendedores, universidades, startups e outras empresas. Um dos objetivos da Conexo é acelerar o processo de transformação cultural das Empresas Randon, produzindo conhecimento e soluções ágeis para problemas reais. A iniciativa também potencializa as ações desenvolvidas pela Randon nos últimos anos, como as células exploratórias da ExO, que já está na quarta geração e se tornou uma ferramenta de desenvolvimento de tech e soft skills – habilidades e competências relacionadas à tecnologia e ao comportamento humano.

Exercício de 2019

Em 16 de abril de 2019, a Companhia, celebrou contrato de *Joint Venture* com a Triel-HT Industrial e Participações S.A., para a criação de uma sociedade em comum, denominada Randon Triel-HT Implementos Rodoviários Ltda., com endereço na Cidade de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul. O aporte inicial das duas sócias na Randon Triel-HT, foi de R\$ 16.400.000,00, cabendo o controle do negócio à Companhia, que detém participação societária correspondente a 51% do capital social. O objetivo da *Joint Venture* é o de

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

combinar as forças da Companhia e da Triel-HT, para formação de uma parceria estratégica, visando ampliar a presença e melhor servir os clientes nos mercados doméstico e internacional no segmento de implementos rodoviários.

Em 6 de junho de 2019, a Companhia comunicou a constituição da subsidiária no segmento de sua filial Suspensys, localizada no México, região metropolitana de Monterrey, com denominação de Suspensys Automotive Systems S. de R. L. de C. V., para atuar no ramo de autopeças, especialmente na fabricação, montagem e comercialização de suspensões, eixos e componentes destinados a indústria de veículos comerciais, ônibus, caminhões, trens, reboques e semirreboques e afins. Esse movimento tem como objetivo atender as demandas dos nossos clientes globais e tem investimento inicial de US\$ 2 milhões.

Em 12 de novembro de 2019, por meio de Comunicado ao Mercado, a Companhia divulgou a celebração do contrato de compra e venda, por meio da controlada Master Sistemas Automotivos, da totalidade de quotas do capital da social da Ferrari Indústria Metalúrgica Ltda., pelo preço de R\$ 14 milhões, de acordo com as premissas contratadas. O objetivo da aquisição é integrar parte do processo de manufatura de peças de alumínio, com vistas a proporcionar maior competitividade nas linhas de produtos fabricados por aquela Controlada.

Em 17 de dezembro de 2019, a Companhia divulgou por meio de Fato Relevante, a intenção de compra, por intermédio da controlada Fras-le S/A, da totalidade das ações representativas do capital social da Nakata Automotiva S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Osasco (SP) e atuação no segmento automotivo. O preço estimado de aquisição é de R\$ 457 milhões, estando o valor final sujeito a ajustes, conforme previsto no contrato de venda e compra, e o Fechamento ocorrerá após cumpridas as condições precedentes, dentre elas a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e dos demais órgãos de defesa da concorrência em outras jurisdições que for aplicável e, ainda, a aprovação pelos acionistas da Fras-le, em Assembleia Geral Extraordinária, nos termos do art. 256 da LSA, por constituir investimento relevante, nos termos do art. 247 da mesma Lei. Com a concretização do negócio, as Empresas Randon, por meio da Fras-le, objetivam reforçar sua atuação no segmento de reposição de autopeças, devido ao aumento do portfólio de produtos daquela controlada, o que representa um diferencial competitivo nesse mercado.

Exercício de 2018

Em dezembro de 2017, a controlada direta da Companhia, a Fras-le S.A., celebrou fechamento de negócio de compra do grupo Armetal Autopartes S.A.. Em 01 de março de 2018, foi concluído o laudo de avaliação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos nesta aquisição, para alocação do pagamento e apuração final do ágio, em conformidade com normas contábeis CPC 15. Para essa avaliação, foi considerada a data-base de 30 de novembro de 2017, data do último balanço levantado pelas adquiridas antes da data de aquisição. O principal objetivo da Companhia com o negócio foi reforçar sua atuação global, aumentar o portfólio de produtos, expandir sua participação no mercado de distribuição de autopeças e ampliar sua capacidade produtiva. O preço de compra desta aquisição foi de R\$ 97,5 milhões, sendo R\$ 87,5 milhões pagos em caixa, dos quais R\$ 4,4 milhões foram pagos em 2017 e o restante pago em 2018.

Em janeiro de 2018, a Companhia divulgou fato relevante informando acordo de associação com a Federal Mogul VCS Holding BV, no qual foram firmados todos os documentos necessários para a transferência da participação da sociedade adquirida, correspondente a 80,1% das quotas representativas do capital social da Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda., com sede em Sorocaba – São Paulo. Nesta

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

mesma data, a controlada direta da Companhia, Fras-le S.A., assumiu efetivamente o controle da Jurid. Este negócio tem por objetivo principal o reforço de atuação da Companhia na fabricação e distribuição de produtos de freio premium para fabricantes de veículos de equipamentos originais e clientes de pós-venda nos mercados de veículos leves no Brasil e em toda a América do Sul. O laudo de avaliação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos através desta aquisição foi concluído em dezembro de 2018, para alocação do pagamento e apuração final da compra vantajosa, em conformidade com normas contábeis CPC 15. Para essa avaliação foi considerada a data-base de 31 de dezembro de 2017. A transação para aquisição da participação correspondente a 80,1% das quotas representativas do capital social da Jurid não envolveu desembolso financeiro.

Conforme fato relevante divulgado em outubro de 2018, as condições precedentes ao fechamento relativo à compra das ações representativas da totalidade do capital social da Jofund S.A. (Fremax Sistemas Automotivos Eireli) foram atendidas e foram firmados todos os documentos necessários para a transferência da participação societária adquirida, com sede em Joinville, SC. Naquela data, a controlada indireta Fras-le assumiu efetivamente o controle da Jofund. A adquirida possui uma unidade no Brasil, e negócios de distribuição no exterior por meio da Eurobrakes (Holanda) e da Euro Expo (Argentina). O principal objetivo da Companhia com este negócio é a ampliação do portfólio de produtos e busca de sua consolidação na posição de liderança de mercado neste segmento no Brasil, reforçando seu mix de produtos para oferta global. A aquisição buscou criar condições favoráveis para prosseguimento da trajetória de crescimento da Companhia, através da sinergia entre os negócios de disco de freios e pastilhas. O laudo de avaliação do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos nesta aquisição foi concluído em 31 de janeiro de 2019, para alocação do pagamento e apuração final do ágio em conformidade com as normas contábeis CPC 15. Para essa avaliação, foi considerada a data-base de 30 de setembro de 2018, data do último balanço levantado pelas adquiridas. O preço pago nesta aquisição foi de R\$ 180,3 milhões, sendo R\$ 162,3 milhões pagos em caixa, e, R\$ 18,0 milhões retidos pelo prazo de até 8 anos a partir da data de aquisição.

c. Eventos ou operações não usuais

Nada a destacar.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Exercício 2020

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), vigentes em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

- Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios;
- Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material;
- Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

As normas e interpretações emitidas pelo IASB, mas ainda não adotadas, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão abaixo apresentadas. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada, pois não é permitido no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Companhia apresenta as normas emitidas, mas ainda não vigentes considerando as demonstrações financeiras elaboradas em *compliance* com as normas do CPC e IFRS.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Exercícios 2019 e 2018

CPC 47/IFRS 15

Em 1º de janeiro de 2018 a Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15. Ele orienta que a receita de contrato com clientes seja reconhecida quando o controle de bens e serviços for transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia esperar ter direito em troca destes bens e serviços. Normalmente este reconhecimento de receita ocorre na entrega do produto ou serviço, e a Companhia considera se existem outras promessas de contrato que são obrigações de performance distintas, para as quais uma parcela do preço da transação precisa ser alocada, a exemplo disto temos as garantias. O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas de reconhecimento de receita proveniente de contrato com clientes que são: contraprestação variável, componente de financiamento significativo, garantias, programa de incentivos de vendas e contas a receber de clientes.

CPC 48/IFRS 9

A norma IAS 39/CPC 38 foi substituída, desde 1º de janeiro de 2018, pelo CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos financeiros.

As principais mudanças ocorridas com essa substituição foram:

1. Classificação e mensuração de ativos financeiros: os instrumentos de dívida são mensurados pelo valor justo por meio do resultado, custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes;
2. Redução do valor recuperável (substituição de “perdas incorridas” por um modelo prospectivo de “perdas em crédito esperadas”: as perdas de créditos esperadas são registradas em todos os títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, com base em 12 meses ou por toda a vida.
3. Contabilidade de *hedge*.

CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil

A norma IFRS 16/ CPC 06 (R2), aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma:

- Contrato com um prazo inferior ou igual a doze meses; e
- Possua arrendamentos de ativos de baixo valor ou tenha como base valores variáveis.

A Companhia realizou a revisão dos contratos de arrendamento em face das novas regras contábeis de arrendamento no IFRS 16 (CPC 06 (R2)). A norma afeta, em especial, a contabilização dos arrendamentos operacionais da Companhia. A Companhia considerou no reconhecimento inicial as isenções da norma. A Companhia aplicou o IFRS 16 (CPC 06 (R2)) inicialmente em 1º de janeiro de 2019 utilizando a abordagem retrospectiva simplificada. Foi utilizado o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento, ou seja, não serão considerados contratos de arrendamento anteriores a 1º de janeiro de 2019, de curto prazo ou de baixo valor. A abordagem definida pela Companhia não exige a reapresentação dos valores e não impacta o patrimônio líquido e o cálculo de distribuição dos juros sobre capital próprio do exercício anterior, além de possibilitar a utilização dos expedientes práticos.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

A Companhia possui arrendamentos de terrenos, prédios, máquinas, equipamentos e veículos utilizados para a operação. A mensuração dos contratos corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, sendo consideradas as renovatórias de acordo com o histórico de renovações e quando identificamos a “razoável certeza” da renovação. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa de desconto, baseada na taxa média de captação de empréstimos da Companhia. A Companhia optou pela utilização do expediente prático de utilizar uma taxa de desconto única de acordo com os respectivos prazos para os contratos que apresentam características semelhantes e não considerar os custos diretos iniciais.

ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A Interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente.
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais.
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto.
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e considera a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza.

A Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de imposto de renda. Considerando que a Companhia atua em um ambiente multinacional complexo, avaliou se a Interpretação teve impacto em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

CPC 33 (R1) - Alterações, reduções ou liquidação de planos

As alterações ao CPC 33 (R1) abordam a contabilização quando ocorre alteração, redução ou liquidação de um plano durante o período. As alterações especificam que quando ocorre alteração, redução ou liquidação do plano durante o período anual coberto nas demonstrações financeiras, a entidade deve determinar o custo do serviço atual para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano, usando as premissas atuariais utilizadas para reavaliar o passivo (ativo) líquido do benefício definido, refletindo os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após aquele evento. A entidade deve também apurar os juros líquidos para o período remanescente após alteração, redução ou liquidação do plano, usando o passivo (ativo) líquido do benefício definido refletindo os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após aquele evento, bem como a taxa de desconto usada para reavaliar este passivo (ativo) líquido do benefício definido.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**Exercício 2020**

Não houve efeito significativo referente a alterações nas práticas contábeis.

Exercício 2019 e 2018CPC 47/IFRS 15

A Companhia analisou seus processos relativos ao CPC 47/IFRS 15 e não foram identificados contratos que impactem significativamente suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

CPC 48/IFRS 9

Os requisitos de classificação e mensuração do CPC 48 não tiveram impacto significativo na Companhia.

A seguir estão apresentadas as mudanças na classificação dos ativos financeiros da Companhia:

Controladora

<i>(Em milhares de Reais)</i>				
	31 de dezembro de 2017 - IAS 39/ CPC 38		1º de janeiro de 2018 - IFRS 9/ CPC 48	
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do Resultado	Custo amortizado/ Análise Perda Esperada	Valor justo por meio do Resultado
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa		8.458		8.458
Aplicações de Liquidez imediata	-	569.818	-	569.818
Clientes	165.945	-	165.945	-
Clientes Empresas Ligadas	13.022	-	13.022	-
Aplicações de Liquidez não imediata (CP)	-	373.927	51.157	322.770
Aplicações de Liquidez não imediata (LP)	-	135.251	116.132	19.119
Outros Direitos Realizáveis	504	-	504	-
Consórcios para revenda	29.210	-	-	29.210
Total	208.681	1.087.454	346.760	949.375

	31 de dezembro de 2017 - IAS 39/ CPC 38		1º de janeiro de 2018 - IFRS 9/ CPC 48	
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do Resultado	Custo amortizado/ Análise Perda Esperada	Valor justo por meio do Resultado
Ativos financeiros				

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Aplicações de Liquidez imediata	-	952.613	-	952.613
Clientes	569.139	-	569.139	-
Clientes Empresas Ligadas	-	-	-	-
Aplicações de Liquidez não imediata (CP)	-	650.698	-	650.698
Aplicações de Liquidez não imediata (LP)	-	-	-	-
Outros Direitos Realizáveis	6.986	-	6.986	-
Consórcios para revenda	65.032	-	-	65.032
Clientes - Operações de crédito LP	65.682	-	65.682	-
Total	706.839	1.603.311	641.807	1.668.343

A Companhia avaliou seu modelo atual de provisão de perdas com devedores duvidosos, e constatou que a alteração da norma não apresentou impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil

O impacto da adoção inicial do IFRS 16 (CPC 06 (R2)) em 1º de janeiro de 2019 está apresentado abaixo:

	Controladora	Consolidado
	01/01/2019	01/01/2019
Ativo	35.097	112.736
Realizável a longo prazo		
Ativos de direito de uso de arrendamento	35.097	112.736
Passivo	35.097	112.736
Circulante		
Passivos de arrendamento	6.242	16.355
Não circulante		
Passivos de arrendamento	28.855	96.381

A composição e movimentação dos ativos de direito de uso no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, está abaixo apresentada:

	Controladora			
	Direitos de uso de máquinas e equipamentos	Direitos de uso de prédios e terrenos	Direitos de uso de veículos	Total
Em 1º de janeiro de 2019	23.896	10.755	446	35.097
Adições	2.933	24	1	2.958
Baixas	(2.213)	(4.628)	(30)	(6.871)
Depreciações	(4.901)	(897)	(205)	(6.003)
Em 31 de dezembro de 2019	19.715	5.254	212	25.181

	Consolidado			
	Direitos de uso de máquinas e equipamentos	Direitos de uso de prédios e terrenos	Direitos de uso de veículos	Total
Em 1º de janeiro de 2019	48.740	62.460	1.536	112.736
Adições	37.647	20.469	457	58.573
Baixas	(16.133)	(3.804)	(119)	(20.056)
Efeito de hiperinflação	1.438	-	-	1.438
Depreciações	(10.920)	(7.477)	(957)	(19.354)
Em 31 de dezembro de 2019	60.772	71.648	917	133.337

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

A movimentação dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2019 está abaixo apresentada:

	Controladora	Consolidado
Em 1º de janeiro de 2019	35.097	112.736
Adições	2.958	55.799
Baixas	(7.503)	(20.732)
Ajuste a valor presente de arrendamentos	1.988	8.434
Pagamentos	(7.060)	(22.367)
Variação cambial	-	(678)
Em 31 de dezembro de 2019	25.480	133.192
Circulante	5.454	17.860
Não circulante	20.026	115.332

Em 31 de dezembro de 2019, os saldos dos passivos de arrendamento, por vencimento é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Vencimentos	2019	2019
2020	5.454	17.549
2021	5.572	15.152
2022	5.651	14.862
2023 e após	8.803	85.629
Total	25.480	133.192

Conforme orientações do ofício CVM 02/19, a Companhia realizou cálculo dos fluxos de caixa futuros com base em taxa nominal para fins de avaliação dos usuários caso tivesse adotado a taxa nominal no balanço. Em 31 de dezembro de 2019, os impactos de depreciação no resultado da Companhia seriam de R\$ 7.767 na controladora e R\$ 23.987 no consolidado. Os juros decorrentes de arrendamentos na controladora e consolidado seriam de R\$ 699 e R\$ 4.306 respectivamente.

ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Na avaliação da Administração da Companhia, não existiram impactos significativos em decorrência da interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

CPC 33 (R1) - Alterações, reduções ou liquidação de planos

As alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, uma vez que não houve nenhuma alteração, restrições ou liquidações no plano durante o exercício.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

A Companhia não possui ressalva ou ênfase em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As principais políticas contábeis consideradas críticas pela Companhia e que possam resultar em ajuste relevante em seu resultado, e que envolvem risco significativo no valor contábil dos ativos e passivos são destacadas a seguir:

a. Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do período em que ocorrem.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do período em que ocorrem.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado em outras despesas operacionais.

b. Receita de contrato com cliente

O IFRS 15 / CPC 47 – Receita de Contratos de Clientes estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem:

- i) A identificação do contrato com o cliente;
- ii) A identificação das obrigações de desempenho;
- iii) A determinação do preço da transação;
- iv) A alocação do preço da transação; e
- v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços financeiros oferecidos aos clientes.

.

c. Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato com clientes. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso e indicadores externos para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, por tipo de cliente e risco de crédito, entre outras).

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia.

A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

d. Mensuração ao valor justo de propriedades para investimento

O valor justo das propriedades para investimento foi determinado por avaliadores imobiliários externos independentes, com qualificação profissional adequada e reconhecida, e experiência recente na localidade e na categoria da propriedade que está sendo avaliada. Os avaliadores independentes fornecem o valor justo da carteira das propriedades para investimento anualmente.

e. Impostos

A Companhia está sujeita ao Imposto de Renda e Contribuição Social em diversas jurisdições onde é necessário julgamento para determinar o valor a ser reconhecido no exercício.

Devido ao amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, a Companhia aplica julgamentos sobre a constituição de provisões, com base em estimativas confiáveis, para possíveis consequências em eventuais fiscalizações por parte das autoridades fiscais.

Os impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais são reconhecidos na extensão em que seja provável que haja lucro tributável futuro para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Para detalhamento dos impostos diferidos, vide nota explicativa 25.

f. Plano de pensão e benefício pós-emprego

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

g. Mensuração ao valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, por exemplo risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

h. Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, trabalhistas e previdenciárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais, identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

i. Impairment de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se houver mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada, para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.

O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de outubro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

j. Evidenciação de economia altamente hiperinflacionária

A norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária, qual seja, o parágrafo 3 do CPC 42/IAS 29, não prevê o uso de um índice específico de preços, mas permite que seja usado julgamento na definição de índice de preços quando a correção monetária das demonstrações contábeis se torna necessária. Dessa forma, os índices utilizados foram baseados nas informações emitidas pelo INDEC (Instituto Nacional de Estatística e Censos da Argentina): IPIM - Índice de Precios Internos al por Mayor e IPC - Índice de precios al consumidor.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não se aplica. Não houve itens relevantes não identificados nas demonstrações financeiras da companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos.

Não se aplica. Não houve itens relevantes não identificados nas demonstrações financeiras da companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não se aplica. Não houve itens relevantes não identificados nas demonstrações financeiras da companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020.

iv. Contratos de construção não terminada

Não se aplica. Não houve itens relevantes não identificados nas demonstrações financeiras da companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não se aplica. Não houve itens relevantes não identificados nas demonstrações financeiras da companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica. Não houve itens relevantes não identificados nas demonstrações financeiras da companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras****a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não se aplica. Não houve itens relevantes não identificados nas demonstrações financeiras da companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020.

b. Natureza e o propósito da operação

Não se aplica. Não houve itens relevantes não identificados nas demonstrações financeiras da companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2018, 2019 e 2020.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica. Não houve itens relevantes não identificados nas demonstrações financeiras da companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Plano de Negócios

a. investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Exercício de 2020

Em 2020 os investimentos da Companhia somaram R\$ 618,6 milhões, sendo R\$ 198,3 milhões em imobilizado, R\$ 292,2 milhões em aquisições de empresas (não orgânicos) e R\$ 128,0 milhões em integralização de capital.

IMOBILIZADO - (Reais Mil)	AQUISIÇÕES INVESTIMENTOS - ACUMULADO 2020											Total
	Randon	Fras-le	Master	Jost	Randon Consórcios	Randon Argentina	Randon Triel-HT	Randon Veículos	Randon Perú	Casterlech	Randon Investimentos	
Máquinas	39.522	11.938	2.057	1.967	-	276	1.024	47	62	9.765	-	66.658
Prédios	8.337	1.078	19	1.300	590	-	59	-	-	1.546	-	12.929
Veículos	230	19	-	-	-	-	-	-	-	146	-	395
Móveis e Utensílios	1.185	368	101	200	1.486	180	166	44	-	127	71	3.928
Informática	3.047	2.736	337	125	458	9	157	8	73	232	22	7.204
Intangível e Outros	42.261	39.812	9.240	823	1.805	28	3.759	-	-	9.346	131	107.205
SUBTOTAL:	94.582	55.951	11.754	4.415	4.339	493	5.165	99	135	21.162	224	198.320
INVESTIMENTOS¹	76.328	338.415	2.000	-	-	-	-	-	-	3.490	-	420.233
TOTAL	170.910	394.366	13.754	4.415	4.339	493	5.165	99	135	24.652	224	618.553

¹ Ações ou quotas de empresas.

Os investimentos que podem ser destacados em 2020 são:

- Valor pago em 2020 para a aquisição da Nakata Automotiva: R\$ 277,9 milhões;
- Aquisição de Robôs: R\$ 25,1 milhões;
- Expansão da Randon Araraquara: R\$ 12,7 milhões;
- Cabine de Pintura (Randon Implementos): R\$ 8,3 milhões;
- Integralização de capital na Randon Ventures (R\$ 13,5 milhões), na Fras-le (R\$ 51,7 milhões) e no Banco Randon (R\$ 60,5 milhões).

Exercício de 2019

Em 2019 os investimentos orgânicos somaram R\$ 218,1 milhões no consolidado (R\$ 137,4 milhões em 2018). Estes valores foram investidos majoritariamente em manutenção, expansão e aumento de produtividade.

No decorrer do exercício também foram feitos investimentos em controladas, que somaram R\$ 19,7 milhões ao final de 2019. Deste montante, R\$ 8,2 milhões referem-se à constituição da Suspensys México e R\$ 8,3 milhões na Randon Triel-HT.

A seguir estão relacionados os investimentos totais realizados em 2019:

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

AQUISIÇÕES INVESTIMENTOS - ACUMULADO 2019												
IMOBILIZADO - (Reais Mil)	Randon	Fras-le	Master	Jost	Randon Consórcio	Randon Argentina	Randon Triel-HT	Randon Veículos	Randon Perú	Castertech	Randon Investimentos	Total
Máquinas	28.658	17.659	3.632	5.344	144	553	2.997	303	41	8.899	-	68.230
Prédios	11.017	348	63	1.939	17	230	-	-	-	112	-	13.726
Veículos	291	608	-	-	-	-	222	-	-	61	-	1.182
Móveis e Utensílios	1.095	660	47	301	-	417	7	5	-	534	2	3.068
Informática	3.546	563	154	97	-	-	141	49	13	406	21	4.990
Intangível e Outros	44.340	63.354	8.599	180	817	-	755	25	-	6.129	2.706	126.905
SUBTOTAL:	88.947	83.192	12.495	7.861	978	1.200	4.122	382	54	16.141	2.729	218.101
INVESTIMENTOS¹	11.490	-	-	-	2	-	-	-	-	8.212	-	19.704
TOTAL	100.437	83.192	12.495	7.861	980	1.200	4.122	382	54	24.353	2.729	237.805

¹ Ações ou quotas de empresas.

Exercício de 2018

Em 2018 os investimentos consolidados somaram R\$ 335,1 milhões (R\$ 216,0 milhões em 2017). Deste total, R\$ 137,4 milhões foram investimentos na manutenção e ampliação fabril. Com a retomada dos volumes e o aumento da ocupação das fábricas, foi necessário um maior volume de investimentos para assegurar o bom funcionamento das operações e aproveitar o momento positivo de mercado.

O restante, R\$ 197,6 milhões, foram investidos na aquisição de novas controladas (R\$ 162,3 milhões referentes à Fremax, R\$ 0,9 milhão na Randon Perú e R\$ 34,4 milhões na constituição da ASK Fras-le).

A seguir estão relacionados os investimentos totais realizados em 2018:

AQUISIÇÕES INVESTIMENTOS - ACUMULADO 2018											
IMOBILIZADO - (Reais Mil)	Randon	Fras-le	Master	Jost	Consórcios	Argentina	Randon Veículos	Randon Perú	Castertech	Randon Investim.	Total
Máquinas	20.016	21.704	2.090	2.484	-	256	165	223	2.198	-	49.136
Prédios	9.788	523	690	180	-	145	-	235	206	-	11.767
Veículos	1.852	263	2	-	-	-	-	135	222	-	2.474
Móveis e Utensílios	1.368	820	125	211	13	4	-	-	241	9	2.791
Informática	2.002	1.794	253	102	59	-	-	-	95	54	4.359
Outros / Intangível	17.849	55.052	5.757	993	195	-	-	-	17.864	30	97.740
TOTAL:	52.875	80.156	8.917	3.970	267	405	165	593	20.826	93	168.267
INVESTIMENTOS (*)	930	-	-	-	1	-	-	-	-	3.572	4.503
Aquisição Fremax	-	162.287	-	-	-	-	-	-	-	-	162.287
TOTAL GERAL	53.805	242.443	8.917	3.970	268	405	165	593	20.826	3.665	335.057

(*) Ações ou cotas de outras empresas, incentivos etc.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

Fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de financiamento destes investimentos foram a própria Geração de Caixa da Companhia, o BNDES, o FINEP, Debêntures, Notas Promissórias e Bancos conforme já demonstrado anteriormente.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos em andamento ou previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Exercício de 2020

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Neste ano, a Companhia adquiriu por meio da controlada Fras-le, a empresa Nakata Automotiva, e que passou a ser consolidada a partir do mês de setembro.

A empresa conta com fábrica em Diadema (SP), sede administrativa e centro de tecnologia e desenvolvimento em Osasco (SP), e centro de distribuição em Extrema (MG), ampliando o mix de produtos ofertados ao mercado pelas Empresas Randon e também os setores de atuação, tornando o segmento de reposição mais representativo para a Companhia e tornando o modelo de negócios mais resiliente e equilibrado.

Este investimento, que somou R\$ 478 milhões, combina a experiência em reposição automotiva das duas companhias, que são referência neste mercado, e amplia a gama de produtos reunidos sob um mesmo grupo, com a junção do portfólio da Nakata ao mix das marcas Fras-le, Controil, Fremax e Lonaflex.

Exercício de 2019

A Companhia informa que no ano de 2019 não ocorreram aquisições que pudessem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Exercício de 2018

A Companhia informa que no ano de 2018 não ocorreram aquisições que pudessem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não se aplica.

ii. Montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A Companhia passou a divulgar esta informação a partir de 2019 em seu relatório de sustentabilidade.

O montante anual investido em inovação (em produtos e processos) tanto em 2019 quanto em 2020 foi de R\$ 90 milhões, dos quais podemos destacar: modernização da estampa da Randon Implementos, projeto do eixo elétrico (E-Sys) e modernização do CTR (Centro Tecnológico Randon).

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

O e-Sys, que está em fase de testes no nosso CTR, é um sistema de recuperação de energia, que, por meio de um algoritmo inteligente faz com que o motor passe a trabalhar como gerador, recuperando e carregando uma bateria com a energia gerada durante a frenagem e descidas para aplicá-la, então, durante as subidas, dando mais segurança e economia de combustível expressiva.

Este produto permite ao cliente reduzir seu consumo de combustível em até 25%, reduzir as emissões de gases de efeito estufa e também os resíduos gerados. Além disso, é mais seguro e econômico.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

iv. Montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Conforme mencionado no item ii, a Companhia investiu em 2019 e 2029, R\$ 90 milhões anual tanto em pesquisa quanto em desenvolvimento de produtos e processos.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Os fatores relevantes foram mencionados nos itens anteriores.